

Inflação força desaquecimento

por Fernando Canzian
de São Paulo

Economistas consultados por este jornal avaliam que a economia brasileira está caminhando para um desaquecimento de suas atividades desde o final do ano passado. Isso pode ser comprovado pelas principais estatísticas oficiais e extra-oficiais de nível de atividade, produção, capacidade ocupada nas empresas, consumo e emprego do ano de 1989 e início de 1990. Estes níveis podem, contudo, ser considerados altos, já que em 1988 a economia apresentou um crescimento.

O desaquecimento, segundo estes especialistas, ocorre principalmente graças aos sucessivos saltos que a inflação vem demonstrando. Isso, aliado a uma política salarial que indexa rendimentos a uma inflação passada, corrói rapidamente o poder aquisitivo, refletindo em todos os setores produtivos da economia. Estes economistas não conseguem avaliar de

forma precisa se a economia continuará ou não neste processo de esfriamento após a posse do novo governo, já que o teor das medidas econômicas como um todo é desconhecido. Os economistas, no entanto, tecem algumas conjecturas.

Juarez Rizzieri, coordenador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, afirma que além de as empresas estarem reduzindo suas atividades por pressão do mercado, elas o fazem ainda por conta de expectativas. "O mercado brasileiro é de alto risco, pois sofre a direta intervenção do governo a todo momento. Num momento de transição como este, a tendência das empresas é reduzir suas atividades como forma de se protegerem", diz.

Rizzieri acredita que se o governo Collor cumprir sua meta de enxugar as despesas do Estado e aumentar entre 5 e 6% do PIB a arrecadação tributária, via aumento de impostos, a eco-

nomia poderá mergulhar em uma recessão. Ela seria atenuada se o governo, em contrapartida, congelasse preços e salários. "Isso geraria um efeito de consumo parecido com o do Plano Cruzado. Mas o governo deve conhecer este risco e poderá adotar uma política salarial mais perversa para conter a demanda", diz.

Para o economista Yoshiaki Nakano, um aprofundamento ou não do resfriamento da atividade econômica também dependerá do plano econômico do novo governo. "Se o aumento da carga tributária for realizado paralelamente a um congelamento, a recessão será menor. Mas o governo pode, contudo, congelar ou prefixar preços somente depois de os efeitos de uma maior tributação começarem a surgir. Neste caso, a recessão será inevitável", diz Nakano. Este comportamento, segundo ele, pode ser atenuado por uma política cambial mais realista, que viabilizaria um aumento das exportações.

O economista Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP, avalia que a recessão pode vir por

dois caminhos: como resultado de uma hiperinflação, ou provocada por um ajuste fiscal e monetário. "O mercado já demonstra sinais de recessão, que estão sendo provocados por um rápido aumento da inflação.

Mas o próximo governo também poderá provocar um desaquecimento maior com medidas restritivas. Os efeitos dessa recessão podem ser atenuados se o governo adotar um plano global de recuperação e desenvolvimento econômico, diz.

Joaquim Eloi Cirne de Toledo, economista da USP, considera ser muito pouco provável um rápido esfriamento da atividade econômica. "A economia já deu sinais de desaquecimento. Mas ele não será tão forte pois existe muita liquidez no mercado. Mesmo que o governo aplique um choque fiscal, ele não terá recursos para manter altas o suficiente as taxas de juro a ponto de conter a demanda. Esta liquidez inibe qualquer ajuste monetário", diz Toledo. Caso o governo adote uma prefixação de inflação ou congelamento, a recessão estaria definitivamente afastada.